



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
Departamento de Direito Processual

Pág. 1 de 3

DPC 513 – Tutela Jurisdicional dos Interesses Transindividuais

IX Semestre (optativa) — 1º Semestre de 2023

(quinta-feiras, das 11:15 às 12:50)

Sala Brasília Machado

Professores responsáveis:

Profa. Dra. Susana Henriques da Costa

PROGRAMA DA DISCIPLINA

A disciplina será ministrada pela professora responsável, sendo realizados seminários obrigatórios para todos os alunos, na presença dos monitores de pós-graduação, tudo conforme cronograma abaixo:

1. CRONOGRAMA DE AULAS

DIA	ATIVIDADE	TEMA
16/3	Aula 1	Apresentação do Programa – Introdução
23/3	Aula 2	Caracterização dos interesses
30/3	<i>Seminário 1</i>	<i>Tutela jurisdicional coletiva: críticas e justificativas</i>
6/4		Não haverá aula. Recesso Escolar (Semana Santa)
13/4	Aula 3	Inquérito Civil e Mecanismos consensuais
20/4	Aula 4	Legitimidade
27/4	<i>Seminário 2</i>	<i>Representatividade adequada</i>
04/5	Aula 5	Procedimento, provas, desistência, competência
11/5	Aula 6	Pedido, causa de pedir e tutelas provisória
18/5	<i>Seminário 3</i>	<i>A ação coletiva na definição de políticas públicas</i>
25/5	Aula 7	Relação entre demandas e coisa julgada
1/6	Aula 8	Tutela específica e execução nas Ações Cíveis Públicas
8/6		Não haverá aula. Recesso Escolar (Corpus Christi)
15/6	Aula 9	Processo estrutural
22/6	<i>Seminário 4</i>	<i>Litígio estratégico de interesse público</i>

2. DINÂMICAS DOS SEMINÁRIOS

- Os seminários desenvolvidos ao longo do semestre serão baseados na aprendizagem a partir de um caso problema (*Problem-based learning*). No início do semestre, será disponibilizado no moodle um caso fictício (baseado em um caso real) que conduzirá os debates ao longo dos 4 (quatro) seminários programados conforme cronograma acima;
- Nos dias de seminários, as/os alunas/os, enfrentarão situações problemas do caso

(disponibilizadas no momento da aula) e terão que se valer de elementos das referências bibliográficas indicadas para responder/reagir às perguntas e situações, o que permitirá a construção coletiva e autônoma de conhecimento sobre os temas;

- Os textos devem ser previamente lidos para debate em sala de aula;
- Os textos integrais estarão disponíveis na plataforma moodle;
- O objetivo dos seminários é a compreensão e o aprofundamento das temáticas tratadas.

3. TEMAS E PROGRAMA DE SEMINÁRIOS

Seminário 1 Tutela jurisdicional coletiva: críticas e justificativas

- FISS, Owen. Teoria Política das ações coletivas. In *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 233/249;
- SBDP. Ações Coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva, São Paulo, 2017, p. 189-197.

Seminário 2 – Representatividade Adequada

- COSTA, Susana Henriques da. O Controle Judicial da Representatividade Adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Org.). *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 953-978.
- ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. *Recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas: uma análise da perspectiva do acesso à justiça e da participação no processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, pp. 98/112.

Seminário 3 - A ação coletiva na definição de políticas públicas

- SOUZA, Fernando Garcia. *Política Educacional – Suprema Corte dos EUA – Caso Brown x Board of Education 347 U.S. 483 (1954) – Julgamento em 17 de maio de 1954*. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 251/257.
- COSTA, Susana Henriques da. A imediata judicialização dos direitos fundamentais sociais e o mínimo existência: relação direito e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; e COSTA, Susana Henriques. (Org.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 397-421.

Seminário 4 Litígio estratégico de interesse público

- COSTA, Susana Henriques da. *Acesso à Justiça: Promessa ou realidade? Uma análise do litígio sobre creche e pré-escola no município de São Paulo*. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 449/474.
- ALMEIDA, Eloísa Machado de. *Litígio Estratégico e Articulação entre jurisdições: o caso guerrilha do Araguaia*. In: GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. *O Processo para solução de conflitos de interesse*

público. Salvador: Juspodivm, 2017, pp. 527/548.

- CARDOSO, Evorah. *Ciclo de vida do litígio estratégico no sistema interamericano de direitos humanos: dificuldades e oportunidades para atores não estatais*. Revista Eletrônica del Instituto de Investigaciones “Ambrosio L. Gioja”, Año V, Número Especial, 2011, p. 365-369.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será composta de 1 (uma) prova dissertativa, versando sobre a matéria das aulas e dos seminários, abrangendo aspectos teóricos e práticos.

- 5 pontos prova
- 5 pontos seminário

5. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENHART, Sérgio Cruz. Os processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coords.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 475-492.

COSTA, Susana Henriques da Costa; FERNANDES, Débora Chaves Martines. Processo coletivo e controle judicial de políticas públicas – Relatório Brasil. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da (Coords.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 359 – 381.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Judicialização da saúde no Brasil: perfil das demandas, causas e propostas de solução*. Relatório Analítico Propositivo. Justiça Pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/f74c66d46cfea933bf22005ca50ec915.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Ações coletivas no Brasil: temas, atores e desafios da tutela coletiva*. Relatório Analítico Propositivo. Justiça Pesquisa: Direitos e Garantias Fundamentais, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/290#:~:text=O%20objetivo%20desta%20pesquisa%20foi,e%20individuais%20homog%C3%AAneos%20e%20para.>

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle das políticas públicas pelo poder judiciário. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9 – 37, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

MARINHO, Carolina Martins. *Justiciabilidade dos direitos sociais: análise de julgados do direito à educação sob o enfoque da capacidade institucional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/RFD/article/viewFile/1964/1969>.

RODRIGUES, Rayane Vieira; OLIVEIRA, Vanessa Elias. *Ministério Público, judicialização e atuação extrajudicial em saúde*. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2022, p. 1-32. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/88400/83123>.

WATANABE, Kazuo. Controle jurisdicional das políticas públicas – “mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coords.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2013, p. 213-224.

ZUFELATO, Camilo. Controle judicial de políticas públicas mediante ações coletivas e individuais. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coords.). O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Gen-Forense, 2013, p. 309-331.